

**EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO EM SANTO AGOSTINHO: TRAÇOS
CONSTITUTIVOS DA SUBJETIVIDADE**

**EDUCATION AND KNOWLEDGE IN SAINT AUGUST: CONSTITUTIVE
TRACES OF SUBJECTIVITY**

**EDUCACIÓN Y CONOCIMIENTO EN SAN AGOSTO: HUELLAS
CONSTITUTIVAS DE SUBJETIVIDAD**

José Aparecido Pereira*
jose.aparecido@unicesumar.edu.br

Reginaldo Aliçandro Bordim **
reginaldo.bordin@unicesumar.edu.br

Ely Mitie Massuda***
ely.massuda@unicesumar.edu.br

*Doutor em filosofia. Professora na Pontifícia Universidade Católica do Paraná e no Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações da UniCesumar. Pesquisador do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI).

** Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento nas Organizações, da UNicesumar e bolsista produtividade e pesquisador do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI). Também é professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

*** Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde, Unicesumar; Pesquisador do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação - ICETI - Centro Universitário de Maringá, Maringá-PR – Brasil

Resumo

Pode-se afirmar que a educação é vista por muitos estudiosos como aquela que tem como meta a formação de cidadãos livres, autônomos, esclarecidos e sociáveis. Sabemos que essa tese é uma reivindicação central da filosofia moderna. Entretanto, ela não se encontraria antecipada ou prefigurada no pensamento de Santo Agostinho? A nossa posição é que os tratados educacionais do filósofo, apesar de estarem inseridos num contexto teocêntrico, dogmático, bíblico e religioso, demonstram que é possível extrair do seu pensamento um processo pedagógico capaz de formar indivíduos autônomos, livres e esclarecidos a partir da relação ensino-aprendizagem. O artigo está estruturado em três partes: a) Contextualização do problema a ser refletido; b) Apresentação do percurso metodológico que orientou a discussão do problema; c) Apresentação e discussões dos resultados originados, sobretudo das obras de Santo Agostinho. Dois grandes temas orientaram essa parte, quais sejam, a educação e o conhecimento.

PALAVRAS – CHAVE: Agostinho. Subjetividade. Educação. Conhecimento

Abstract

It can be said that education is seen by many scholars as having their goal the formation of free, autonomous, enlightened and sociable citizens. We know that this thesis is a central claim of modern philosophy. However, would it not be anticipated or prefigured in the thought of St. Augustine? Our position is that the philosopher's educational treaties, despite being inserted into a theocentric, dogmatic, biblical and religious context, demonstrate that it is possible to extract from his thinking a pedagogical process capable of forming autonomous, free and enlightened individuals from the teaching relationship. -learning. The article is structured in three parts: a) Contextualization of the problem to be reflected; b) Presentation of the methodological path that guided the discussion of the problem; c) Presentation and discussion of the results originated, especially from the works of St. Augustine. Two major themes guided this part, namely, education and knowledge

KEYWORDS – Augustine. Subjectivity. Education. Knowledge

Resumen

Se puede decir que muchos académicos consideran que la educación tiene como objetivo la formación de ciudadanos libres, autónomos, ilustrados y sociables. Sabemos que esta tesis es un reclamo central de la filosofía moderna. Sin embargo, ¿no sería anticipado o prefigurado en el pensamiento de San Agustín? Nuestras posiciones que los tratados educativos del filósofo, a pesar de estar insertados en un contexto teocéntrico, dogmático, bíblico y religioso, demuestran que es posible extraer de su pensamiento un proceso pedagógico capaz de formar individuos autónomos, libres e ilustrados a partir de la relación de enseñanza. -aprendizaje El artículo está estructurado en tres partes: a) Contextualización del problema a ser reflejado; b) Presentación de la ruta metodológica que guió la discusión del problema; c) Presentación y discusión de los resultados originados, especialmente de los trabajos de San Agustín. Dos temas principales guiaron esta parte, a saber, la educación y el conocimiento.

Palabras clave - Agustín, subjetividad. Educación Conocimiento

INTRODUÇÃO

Um argumento muito importante que pode ser defendido em relação à educação na contemporaneidade é que, ela, além da competência técnica e profissional, para suprir as demandas do mercado econômico, deve ter também como meta fundamental a formação de cidadãos livres, autônomos, esclarecidos, críticos e protagonistas do seu processo histórico. Ou seja, inseridos e comprometidos com as exigências contemporâneas de uma sociedade mais harmoniosa e igualitária em sentido amplo. Mas a perspectiva segundo a qual a educação tem um papel social de formar sujeitos livres, autônomos e esclarecidos se encontra enraizada em qual contexto?

Tendo em vista a questão acima, o objetivo fundamental deste artigo consiste em explicitar que nas reflexões de Santo Agostinho sobre a educação no período da Patrística é possível antecipar elementos que definem aquilo que, sobretudo na Modernidade, passou a ser chamado de subjetividade. O artigo está estruturado em três partes: a) Contextualização do problema a ser refletido; b) Apresentação do percurso metodológico que orientou a discussão do problema; c) Apresentação e discussões dos resultados originados, sobretudo das obras de Santo Agostinho. Em especial, nessa parte, trataremos sobre dois temas relevantes no pensamento do autor e que possuem uma estreita relação: o conhecimento e a educação. Será quando abordarmos sobre a educação na ótica do autor que pretendemos dar uma resposta à problemática que estabelecemos para este artigo.

O itinerário metodológico adotado para a investigação em relação ao problema delimitado para a realização deste artigo consistiu em primeiro lugar, realizar um levantamento bibliográfico quanto aos temas que discutem o assunto contemplado em nosso texto. Nesse sentido, do ponto de vista da fundamentação teórica, as discussões que faremos sobre a educação e o conhecimento em Santo Agostinho ficarão circunscritas somente a algumas de suas obras, tais como, *A Trindade, Solilóquios, A Doutrina Cristã e o Mestre (De Magistre)*. Em segundo, os procedimentos adotados para a nossa discussão se orientaram pela leitura, análise, reflexão e interpretação dos textos que abordam sobre o assunto, sobretudo as obras de Santo Agostinho.

CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA A SER DISCUTIDO

Ao dar a orientação acima à nossa questão, concedemos-lhe um recorte histórico, pois a idéia de um sujeito livre, autônomo, responsável e emancipado parece ser uma reivindicação central da filosofia moderna, considerada historicamente como o período das luzes em contraposição à filosofia medieval vista por muitos filósofos como o *período das trevas*. Nesse sentido, convém fazer referência aqui aos pressupostos teóricos da ética-iluminista kantiana que, mais precisamente, em seus textos, *O que é esclarecimento, Crítica da razão prática e, sobretudo, na Fundamentação da metafísica dos costumes*, quando desenvolveu uma reflexão sobre o princípio supremo da moralidade, convictamente propõe a formação de um sujeito portador e constituído de liberdade, capaz suficientemente de fazer uso do seu próprio entendimento sem recorrer a outrem ou a nenhuma inclinação e móbil externo, pois o fio condutor da sua ação encontra-se numa vontade autônoma determinada pela sua própria racionalidade.

Destaquemos, nesse sentido, algumas passagens nas quais o filósofo faz considerações que apontam claramente para essa convicção. Na primeira ele afirma o seguinte: “Com efeito, a razão pura, prática em si, é aqui imediatamente legisladora. A vontade é concebida como independente de condições empíricas, por conseguinte, como vontade pura determinada pela simples forma da lei, e este princípio de determinação é visto como a condição suprema de todas as máximas [...]” (KANT, 1997, p. 43). Nessa mesma linha de raciocínio, o pensador alemão afirma: “Com efeito, o pensamento a priori de uma legislação universal possível, pensamento que, por conseguinte, é

simplesmente problemático, é ordenado incondicionalmente como lei, sem nada tirar da experiência ou de qualquer outra vontade exterior” (KANT, 1997, p. 43). Enfim, o filósofo se expressa, ainda, desta forma: “No entanto, importa observar, a fim de se considerar, sem falsa interpretação, esta lei como dada, que não é um facto empírico, mas facto único da razão pura, que assim se proclama como originariamente legisladora” (KANT, 1997, p. 43).

Em vista disso, a questão que propomos e que pretende conduzir a nossa discussão é a seguinte: o projeto de se formar um sujeito livre e emancipado, capaz de recorrer ao seu próprio entendimento ou racionalidade, em alguma medida, não poderia ser antevisto ao próprio Kant e a outros filósofos que reivindicaram essas exigências, ou seja, já não se encontraria antecipado ou prefigurado no período precedente à Idade moderna? Em outras palavras, no contexto da Idade Média não poderíamos encontrar uma referência teórica que apontasse para a necessidade de se pensar a formação de uma subjetividade intrinsecamente constituída de autonomia, liberdade e emancipação?

A colocação desse problema nos leva a suspeitar que uma investigação mais profunda sobre as obras de Santo Agostinho, sobretudo aquelas que possuem acentuada relevância educacional, tais como, *Doutrina Cristã*, *De Magistro* e *Da Instrução dos Menos Instruídos* e outras, apesar de estarem inseridas num panorama teológico, teocêntrico, dogmático, bíblico e religioso, podem nos demonstrar a possibilidade de, mesmo no período medieval, se pensar um processo pedagógico no qual uma das finalidades seria a formação de indivíduos autônomos, livres, esclarecidos e sociáveis a partir da relação ensino-aprendizagem. Portanto, o que pretendemos nesse texto é discutir a pertinência dessa problemática a partir do pensamento desse autor. Assim, intentamos reconstruir as suas discussões, principalmente aquelas relacionadas à educação e ao conhecimento, tendo como meta principal a indicação de pistas que possam, em alguma medida, iluminar a nossa suspeita.

PERCURSO METODOLÓGICO

Em primeiro lugar, o percurso metodológico adotado para a investigação em torno da problemática definida para este artigo consistiu em fazer um levantamento bibliográfico no que diz respeito aos temas que tratam especificamente sobre o assunto contemplado em nossa abordagem. Em segundo, os procedimentos adotados para a nossa discussão se orientaram pela leitura, análise, reflexão e interpretação dos textos que abordam sobre o assunto, sobretudo as obras de Santo Agostinho. Sendo assim, os resultados apresentados neste texto têm a sua gênese fundamentada na pesquisa qualitativa. No que tange a esse tipo de abordagem, pode-se afirmar o seguinte: "o objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno" (RICHARDSON, 1999, p. 102). A abordagem qualitativa também pode ser descrita desta forma: "A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamento" (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 269). Por isso, a escolha desse tipo de abordagem para a nossa discussão se justifica por conta da natureza do artigo, ou seja, pelo fato de a sua problemática se situar totalmente no âmbito da investigação especulativa e teórica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Agostinho nasceu no dia 13 de novembro de 354 em Tagaste. Fez seus estudos em Tagaste, Madaura e Catargo. Foi professor de Retórica, primeiro em Catargo e depois em Roma, onde se decepcionou com o comportamento hostil de muitos estudantes. Trabalhou também como professor em Milão. Foi nesse período que ele começou a ouvir os discursos e os sermões de Santo Ambrósio, com propósitos literários. Essa fase foi importante na vida filósofo porque o estilo eloquente de Ambrósio o tocou com tanta intensidade que Agostinho deixou-se batizar iniciando, assim, a sua conversão para se tornar, além de um grande intelectual da Igreja, também

bispo. Posteriormente deixaria Milão para retornar à África. Um episódio triste e dolorido nesse percurso foi o falecimento da sua mãe Mônica. Anos mais tarde Valério o tornou o seu coadjutor e sucessor. Nessa época Agostinho estava com 42 anos de idade. Enfim, o filósofo faleceu no dia 28 de agosto de 430.

Embora tenha se dedicado profundamente ao estudo da Bíblia e da religião, Santo Agostinho não ignorou outras grandes questões do seu contexto histórico, enfrentando-as com lucidez e seriedade, com a desenvoltura de um respeitado intelectual. Dentre os diversos assuntos refletidos pelo maior pensador do período da *patrística*, a questão do conhecimento e da educação terá uma especial atenção. Portanto, o nosso objetivo nas linhas seguintes consiste em refletir sobre o conhecimento e a educação em Agostinho. É quando tratarmos sobre a educação que objetivamos responder ao problema colocado no início deste artigo.

O conhecimento em Santo Agostinho

As categorias que sustentam a visão de Agostinho sobre o conhecimento possuem uma estreita relação com o pensamento platônico e neoplatônico, tanto no sentido de se aproximar desses autores quanto se distanciar deles. Conforme a interpretação de Plotino, o ser humano deveria relacionar a sua interioridade com o Ser Superior, denominado por ele de Uno. Dessa forma, ele alcançaria a verdade e a gênese de todas as coisas. Agostinho interpreta o pensamento de Plotino na perspectiva cristã, substituindo a ideia de Uno pela existência de Deus. Em relação ao pensamento platônico, Agostinho, além de rejeitar a teoria da reminiscência, também substitui a doutrina das ideias de Platão pela teoria da iluminação divina.

Na sua obra *A trindade*, ele aponta claramente para os problemas e equívocos relativos à reminiscência: “Essas reminiscências são falsas e parecidas às que experimentamos em sonhos, quando cremos recordar ter feito ou visto o eu na realidade não fizemos nem vimos [...]” (AGOSTINHO, 2008, p. 391). E ele prossegue: “Se de fato recordassem do que viram aqui em corpos anteriores, tal experiência aconteceria a muitos, e mesmo que a quase todos, pois nesse caso, deveria haver um trânsito contínuo de vivos e mortos, de mortos para vivos, tal como se passa do estado de vigília para o sono e do sono para a vigília” (AGOSTINHO, 2008, p. 391). Platão se posiciona corretamente ao defender que a alma encontra as verdades inteligíveis em si mesma. Entretanto, para Agostinho, esse processo não deveria pressupor a recordação de uma outra vida, haja vista que é Deus (Mestre interior) quem faz o processo de iluminação

para que a razão humana tenha o conhecimento. Portanto, é através do Mestre Interior que o conhecimento se encontra no ser humano.

Entretanto, na visão de Agostinho, como ocorre o processo de iluminação? Conforme o autor, é Deus quem atua sobre o homem tornando-o participante da sua própria iluminação e conhecimento. Dessa forma, se a razão humana não receber a iluminação de Deus, então a existência do homem estará configurada no erro. Ou seja, ao se distanciar da luz que ilumina, o ser humano estará sob os ditames da escuridão do erro e do pecado. Para uma maior compreensão sobre a sua teoria da iluminação, na obra *Solilóquios* Santo Agostinho faz uma analogia entre Deus e o sol. Convém trazer algumas passagens da obra que fazem alusão a ela. Inicialmente ele afirma que “Deus é inteligível e também inteligíveis são as proposições das ciências, porém, diferem em muito. Pois a terra é visível, como também o é a luz; mas a terra não pode ser vista se não for iluminada pela luz” (AGOSTINHO, 2010, p. 34). Em seguida: “Por isso, as coisas que alguém entende, que são ensinadas nas ciências, sem dúvida alguma ele as admite como verdadeiras, mas deve-se crer que elas não podem ser entendidas se não forem esclarecidas por outros, como que por um sol (AGOSTINHO, 2010, p. 34). E, finalmente, o filósofo conclui do seguinte modo: “Como no sol pode-se notar três coisas: que existe, que brilha e que ilumina, assim também no secretíssimo Deus, quem tu desejas compreender, devem-se considerar três coisas: que existe, que é conhecido e que faz com que as demais coisas sejam entendidas (AGOSTINHO, 2010, p. 34).

Podemos afirmar que as coisas e os objetos no mundo físico somente podem ser visualizados na medida em que estão relacionados a algum tipo de luz (sol) e, por consequência, tornam-se visíveis aos nossos olhos. Por conseguinte, da mesma maneira que as coisas e os objetos se tornam visíveis aos nossos olhos por causa da luz do sol, também Deus constitui a fonte de iluminação espiritual a partir da qual o pensamento humano torna inteligível o conhecimento: “Porque as faculdades da alma são como que os olhos da mente: como as coisas que são certas no âmbito das ciências são tais como as coisas que são iluminadas pelo sol para que possam ser vistas [...] mas Deus é quem ilumina. Assim, eu, a razão, estou na mente como a visão nos olhos (AGOSTINHO, 2010, p. 30).

Ao defender a teoria da Iluminação Divina, Agostinho se propôs a evidenciar que o conhecimento e a verdade são fornecidos ao ser humano. Assim, é através dessa Iluminação que a razão humana capta as verdades imutáveis que só poderiam estar

fundamentadas e alicerçadas em Deus. O filósofo sustenta que Deus não é uma ideia, mas que Ele se encontra na alma. Nessa perspectiva, Deus é a Verdade, a luz que ilumina a razão humana. Entretanto, na ótica do autor, embora a Iluminação Divina constitua um requisito fundamental para o conhecimento e a verdade, ainda sim, faz-se necessário outro fenômeno igualmente importante, qual seja, a educação. Vejamos, a seguir, como o pensador desenvolveu a sua reflexão em torno desse tema e como ele nos ajuda vislumbrar traços da subjetividade em seu pensamento.

Aeducaçãoem Santo Agostinho

Iniciemos a nossa abordagem chamando a atenção para o fato de que Agostinho paulatinamente se transformou em um exímio estudioso das Escrituras, sobretudo, após a sua conversão ao cristianismo. Todavia, embora tenha se dedicado profundamente ao estudo da Bíblia, ele não ignorou as grandes questões emergidas do seu contexto histórico enfrentando-as com lucidez e seriedade, com a desenvoltura de um respeitado intelectual. Assim, dentre os diversos dilemas enfrentados por ele num contexto de inúmeros problemas relativos à religião, o tema da educação teve prioridade por parte do filósofo. Em seu livro *História da educação na Idade Média*, Nunes ao fazer alusão sobre as influências de Santo Agostinho no processo educacional no período medieval expressa a seguinte posição: “Não se pode compreender a pedagogia medieval, nem se lhe pode aquilatar a Filosofia da Educação sem o prévio conhecimento do legado doutrinário dos Antigos e dos Santos padres. Aliás, até o século XIII, a orientação educacional da Idade Média foi visceralmente agostiniana e Santo Agostinho foi o último Santo Padre e o grande inspirador do pensamento medieval” (NUNES, 1979, p. 5).

Como podemos observar, a passagem supracitada explicitamente faz alusão ao quanto as idéias de Santo Agostinho foram importantes para a sistematização, o desenvolvimento e o amadurecimento das reflexões em torno da educação no período medieval. Nota-se, portanto, um explícito reconhecimento das suas valiosas contribuições e que hodiernamente podem se constituir como referenciais teóricos para iluminar os nossos debates em torno da educação. Portanto, podemos afirmar que esse pensador não somente se preocupou em defender as verdades cristãs ou refletir sobre os diversos dilemas religiosos do seu momento histórico, mas, ao fazer isso, deixou-nos um legado constituído de livros e sermões que na contemporaneidade podem ser

consideradas como fontes riquíssimas de estudos e pesquisas, sobretudo para as áreas da teologia, filosofia e educação.

No tocante à questão da educação, em uma das suas principais obras, intitulada de *A Doutrina cristã*, Agostinho defende abertamente que no processo da aprendizagem o ensino, para os indivíduos que buscam o conhecimento, além de requerer normas e regras preestabelecidas, configura-se como uma necessidade extremamente fundamental. Vejamos o que o autor afirma a esse respeito: “A respeito da interpretação das Escrituras existem certas normas que me parecem, poder ser ensinadas com proveito aos que se dedicarem ao estudo. Assim, poderá o eles progredir não apenas lendo obras de outros que esclareceram as obscuridades dos Livros santos, mas ainda progredir, com os esclarecimentos que eles próprios poderão dar a outros. Proponho-me a comunicar essas normas aos que desejam e são capazes de aprendê-las (AGOSTINHO, 2002, p. 38).

Como podemos identificar, a passagem supracitada explicita claramente dois elementos importantes que oportunamente convém ressaltar. O primeiro evidencia o argumento de que a interpretação da Bíblia segue às regras do conhecimento possibilitando, dessa forma, o ensino e a aprendizagem. Nesse sentido, quando o autor faz alusão às regras e normas relativas ao ensino da sagrada escritura seria impossível não pensar ou relacionar isso à necessidade fundamental de que o processo de ensino-aprendizagem no domínio da educação demanda reflexão, sistematização e organização fundamentada em princípios que possam efetivamente atingir as suas metas. O segundo, e talvez o mais importante, defende a posição de que o empenho aos estudos e à pesquisa também pode se converter em benefícios não somente para quem as realiza, mas também para os outros, haja vista a ocorrência de algo concomitante e interessante nesse processo: no mesmo instante em que alguém aprende, também pode ensinar os outros.

Observemos que as passagens a seguir podem corroborar contundentemente essa nossa interpretação: “O leitor que faz a leitura a ouvintes conhecedores das letras, sem dúvida, exprime o que sabe. O professor que ensina o alfabeto, por sua vez, faz com que outros aprendam a ler [...]. Assim acontece com as santas Escrituras. Quem possui o entendimento faz o papel de leitor junto aos que as conhecem” (AGOSTINHO, 2002, p. 38). E o filósofo continua: “E quem dá as normas para as entender é semelhante ao

professor que ensina o alfabeto, isto é, ensina a ler. Assim como quem aprendeu a ler, ao encontrar um livro não precisa de um leitor para entender o que está escrito, igualmente acontecerá com os que receberem as normas que intencionamos entregar. [...]” (AGOSTINHO, 2002, p. 38). E termina do seguinte modo: “observando as normas que lhes servirão como as letras do alfabeto, não precisarão de alguém para lhes descobrir o que estiver oculto (AGOSTINHO, 2002, p. 38).

O interessante nessa outra citação de Agostinho é que ela faz alusão a elementos ainda mais importantes e que, por isso, possuem uma estreita relação com a educação, principalmente com o trabalho de docência seja no âmbito do ensino fundamental, médio ou universitário. Num primeiro momento, ele enfatiza o papel do professor como aquele que tem a missão de levar os seus alunos a aprenderem a ler. Nesse sentido, aprender a ler pode significar o ponto de partida a partir do qual o indivíduo começa, pela aquisição de conhecimento e cultura, o seu processo de autonomia, independência e emancipação. Essa interpretação encontra-se fundamentada na própria fala de Agostinho quando ele afirma que *quem aprendeu a ler não precisa de um leitor para entender o que está escrito*.

Dessa forma, pode-se dizer que essa afirmação do filósofo evidencia uma característica peculiar à constituição de um sujeito autônomo e emancipado: o seu protagonismo e a sua independência. Esses dois requisitos podem ser vistos como resultantes do trabalho de alfabetização que historicamente sempre foi considerado como uma das metas cruciais e primordiais da educação. Isso nos faz pensar num aspecto extremamente importante no trabalho de alfabetização e que na maioria das vezes, ou quase sempre, não é levado em consideração por aqueles que realizam o trabalho da docência nesse nível: o processo de alfabetização, inicialmente, pode significar um momento de emancipação e libertação, pois ela permite ao indivíduo o desenvolvimento das suas potencialidades no sentido de aprender a ler o mundo e a realidade a partir da sua compreensão. Portanto, podemos dizer que o processo de constituição e formação da subjetividade começa por essa atividade.

Ainda em relação às ideias sobre educação de Santo Agostinho em sua obra *Doutrina cristã*, uma análise atenta de suas reflexões nos leva a perceber outros princípios importantes no âmbito do ensino, tais como, a sua valorização e preocupação com um ensino consistente. Ou seja, para ele, uma virtude fundamental do homem de

estudos é que ele deveria conhecer e apresentar com segurança o que foi entendido. Nesse sentido, ele mesmo pretendeu abordar sobre os procedimentos metodológicos a serem utilizados no que ficou conhecido como a descoberta da verdade e sobre o modo de exposição do que fosse descoberto. Podemos afirmar, portanto, que duas questões fundamentais perpassavam as preocupações agostinianas em relação ao processo de ensino-aprendizagem: o que ensinar e como ensinar. Soma-se a isso também, a clareza quanto ao para quê ensinar. Foi assim que ele soube estabelecer uma relação entre os saberes cristãos e os saberes pagãos. Sua posição era que esses saberes não podiam ser dissociados, pois a compreensão da mensagem das Escrituras seria impossível sem os saberes pagãos.

Mas outra obra importante de Santo Agostinho, *De Magistro (O Mestre)*, pode ser lida e interpretada na perspectiva da educação. Nela é possível deduzir uma série de ações pedagógicas que dão luzes à relação ensino aprendizagem. Uma dessas ações aparece na discussão sobre a importância de se conhecer os sinais e as palavras, para que eles possam ser utilizados adequadamente no ato de ensinar. Nesse sentido, na medida em que, ao falar, pretende-se ensinar ou fazer recordar, a linguagem se torna instrumento para a instrução. Citemos aqui algumas passagens dessa obra com o intuito de corroborar o que afirmamos. Na primeira o autor afirma o seguinte: “[...] significamos pelas palavras ou as próprias palavras ou outros sinais, como seria o gesto quando falamos, ou as letras quando escrevemos, porque as coisas que indicamos com esses dois vocábulos (gesto e letra) ou são ainda sinais (o próprio gesto e as próprias letras), ou que não é sinal, como quando dizemos “pedra” (AGOSTINHO, 1995, p. 329). Na segunda; “Esta palavra, pois, é um sinal enquanto significa algo, mas não é sinal o que ela indica [...]; nós nos propomos a considerar o caso dos sinais que se mostram por sinais e nele distinguimos dois aspectos: ou se ensinam e recordam os mesmos sinais, ou outros sinais diferentes” (AGOSTINHO, 1995, p. 329)

As passagens acima contêm elementos importantes que é oportuno destaca-los em nossa discussão. Nela Santo Agostinho faz alusão a algumas noções extremamente relevantes e que podem ser relacionadas à ação pedagógica: palavras, gestos e sinais. A impressão que temos é que o autor não pretende fazer alusão a essas noções em si mesma. Ele parece nos dizer que a razão de ser dessas noções se justifica na condição de elas serem portadoras de significância ou significado. Assim, por exemplo, é própria

tanto da palavra quanto do gesto a explicitação de sentido ou significado. Diríamos que o significado é inerente a essas atividades. Dessa forma, o falar deve ser sempre a expressão de um sentido. Podemos dizer, então, que o mais importante em relação à palavra e ao gesto não é o que eles remetem ou indicam visível e fisicamente, mas, sim, o que eles expressam em termos de significado. Desse modo, não se deve considerar a palavra e o gesto como fim em si mesmo, mas o que eles expressam, ou seja, o sentido que eles trazem quando alguém fala ou gesticula. Nota-se, ainda, que a citação é encerrada com a seguinte fala do autor: *ou se ensinam ou se recordam os mesmos sinais, ou outros sinais diferentes*. Eis nessa fala do autor um indicativo para a ação pedagógica. Assim, levando em consideração que o sentido e o significado são elementos intrínsecos e constitutivos da palavra e do gesto, pressupõe-se que o ensino-aprendizagem, enquanto aquele que constantemente se utiliza da palavra como recurso fundamental, deveria se constituir como o domínio no qual os envolvidos fossem motivados a desenvolver habilidades e competências para manusear a palavra e o gesto não como algo em si, mas como o horizonte no qual é possível uma riqueza de significado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explicitar que nas reflexões de Santo Agostinho sobre o processo de ensino e aprendizagem (educação) é possível antecipar elementos que definem aquilo que, na Modernidade, passou a ser chamado de subjetividade constituiu a finalidade principal do presente texto. Como considerações finais, acreditamos que as ideias de Santo Agostinho sobre os elementos que caracterizam a subjetividade no contexto da educação são relevantes por causa da atualidade do tema da educação, haja vista que ela constantemente requer discussões, debates, reflexões, pesquisas e novos projetos.

Assim, a relação entre educação e subjetividade, sem dúvida, pode ser considerada como uma das questões de grande relevo na contemporaneidade, porque, na verdade, ela coloca em questão e discussão algo relativo ao ser humano: não somente a sua dignidade dentro do rico e complexo universo das relações interpessoais, mas também os aspectos subjetivos inerentes a sua existência. Isso justifica, então, a viabilidade, a plausibilidade e a necessidade de se estar sempre colocando em debate a educação. Dessa forma, aspectos constitutivos da subjetividade devem ser considerados como o

epicentro da prática educacional. Não a subjetividade enquanto tal, mas uma entidade dotada de capacidade relacional e autonomia. Nesse sentido, acreditamos que o pensamento de Santo Agostinho possui um vasto e rico ferramental filosófico, consistindo em um importante instrumental teórico para as reflexões relacionadas aos aspectos intrínsecos à subjetividade humana.

Referências

AGOSTINHO. *A Trindade*. Trad. Frei Agostinho Belmonte. 4 ed. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. *Solilóquios; A vida feliz*. Trad. Ir Nair de Assis Oliveira. 4 ed. São Paulo: Paulus, 2010.

_____. *A Doutrina Cristã*. Trad. Ir. Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. *O Mestre*. Trad. António Soares Pinheiro. Porto: Porto Editora, 1995.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. *Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008

KANT, Emanuel. *Crítica da Razão Prática*. Lisboa: Edições 70, 1997

NUNES, R. A. C. *História da Educação na Idade Média*. São Paulo: USP, 1979.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

Recebido em: 20/09/2019

Aceito em: 08/11/2019

Endereço para correspondência:

Nome: José Aparecido Pereira

Email: jose.aprecido@unicesumar.edu.br



Esta obra está licenciada com uma
Licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
[Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).